



As Implicações na Implantação da Escrituração Fiscal Digital (EFD) e seu Envio ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo em uma Indústria Gaúcha de Bebidas

Mauricio Farias Cardoso

Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha – CESUCA

Centro Universitário La Salle Canoas – Unilasalle

mauricio.cardoso@ibest.com.br

Ivana Rudineia da Silva dos Santos Paulin

Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha – CESUCA

ivana.paulin@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar como se deu a adaptação de uma empresa gaúcha à nova obrigação de entrega da EFD ao ambiente SPED. A empresa passou a ter a obrigatoriedade de entrega do SPED Fiscal a partir de setembro de 2009, precisando fazer a entrega retroativa a janeiro deste mesmo ano. A empresa objeto deste estudo é uma indústria gaúcha do ramo de bebidas com sua matriz localizada na cidade de Porto Alegre, com filiais em outras cidades do estado do Rio Grande do Sul e também no estado de Santa Catarina. O presente artigo norteia-se a partir da questão problema: **Como uma indústria gaúcha de bebidas se adequou para a implantação da EFD e seu envio ao SPED?** E para resolução desta questão problema adotou-se como procedimento de pesquisa o estudo de caso onde foi possível observar e identificar como a empresa objeto do estudo recebeu e adequou-se a nova obrigação de entrega da EFD ao ambiente SPED. Para realização da coleta de dados foram entrevistados colaboradores da empresa que estão diretamente ligados ao envio da EFD e puderam fornecer informações de como a empresa se organiza para envio da obrigação. Aplicou-se também a técnica de observação onde foi possível observar os processos internos e criar um passo a passo descritivo sobre os procedimentos da empresa para entrega da EFD, e por fim, algumas consultas a documentos também foram realizadas. A partir disso pode-se analisar como foi a aderência à obrigação de entrega da EFD por parte da indústria de bebidas, objeto deste estudo, e verificar que a empresa conseguiu atender às exigências da legislação e continua trabalhando na padronização dos seus processos para estar sempre adequada às obrigações impostas pelo fisco.

Palavras-chave: Implantação da EFD; SPED; Indústria gaúcha de bebidas.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade existe desde os primórdios da civilização. A origem da contabilidade está ligada à necessidade de registros no comércio, era preciso definir quanto cada um possuía de determinada mercadoria e como seria valorizada em relação à outra. À medida que as atividades econômicas foram tornando-se mais complexas foi necessário refinar e aprimorar o controle sobre as mesmas.

A Contabilidade possui várias ramificações, podendo ser destacada a Contabilidade Tributária que está voltada aos tributos. Detalhando um pouco mais a área Tributária, destacam-se as Obrigações Tributárias que se dividem em Obrigação Principal e Obrigação Acessória, neste trabalho a ênfase é para as Obrigações Acessórias, que consistem em ação ou omissão que propicia ou facilita a ação do fisco. Dentre as obrigações acessórias pode-se citar como exemplo a DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) na esfera federal, a GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS) no âmbito estadual e no campo municipal cita-se a Declaração de ISSQN (Declaração de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Com o acúmulo de obrigações a ser entregue pelo contribuinte, o aumento de operações realizadas pelas empresas e a crescente evolução tecnológica era preciso que a fiscalização acompanhasse no mesmo ritmo a todas estas mudanças, mas para que essa modernização acontecesse por completo era fundamental a padronização das informações.

O primeiro dos projetos de integração tributária foi o projeto da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) no ano de 2005 que possibilitou o compartilhamento, a troca de informações entre os fiscos, além de auditorias eletrônicas e cruzamento das informações. Em janeiro de 2007, por meio do decreto nº 6.022 o Governo instituiu o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) que tem como um dos objetivos alterar a forma de cumprimento das obrigações por parte do contribuinte. Este é o meio utilizado pelo Governo para comunicar-se com seus contribuintes e receber informações de ordem contábil, fiscal, financeira e de movimentação patrimonial que são disponibilizadas por meio eletrônico permitindo assim um maior controle por parte do fisco sobre estas informações.

O SPED tem como objetivo promover a integração dos fiscos através da padronização e compartilhamento de informações, uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes com transmissão única de distintas obrigações e tornar mais fácil a identificação da evasão fiscal, pois há o acesso mais rápido às informações e uma fiscalização mais efetiva. O SPED é composto por grandes subprojetos: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), FCONT, Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e), EFD Contribuições, Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e atualmente está em fase de implantação o E-Social. No SPED destaca-se a EFD, que se constitui de toda escrituração dos documentos fiscais pertinentes à empresa e de outras informações que possam ser de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil e também dos registros de apurações de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

Neste trabalho é apresentada a EFD sob o enfoque de uma indústria gaúcha de bebidas que passou a ter a obrigatoriedade de envio desta a partir de setembro de 2009 e precisou fazer o envio retroativo a janeiro do mesmo ano. Diante desse quadro surge o seguinte questionamento: Como uma indústria gaúcha de bebidas se adequou para a implantação da EFD e seu envio ao SPED? Para responder a esta questão problema, o presente estudo tem por objetivo geral descrever as implicações apresentadas por uma indústria gaúcha de bebidas para cumprimento da obrigação de envio da EFD e segue-se com os objetivos específicos que são: apresentar como a empresa se portava perante o fisco antes da obrigação de entrega da EFD, evidenciar as adequações feitas na empresa para atendimento à exigência fiscal, analisar o processo de escrita

fiscal, verificar a interface de dados entre os sistemas internos da empresa e identificar se os processos atuais atendem plenamente às exigências da EFD.

Com a exigência da entrega da EFD pelas empresas o fisco passou a ter maior controle sobre as informações relativas à escrituração dos documentos fiscais assim como a respeito dos registros de apurações de impostos referentes à atividade da organização. Com base nisto o presente artigo ganha relevância, pois apresenta um estudo realizado em uma indústria gaúcha de bebidas que identifica as mudanças trazidas pela obrigação e apresenta as ações tomadas para que a nova exigência fosse atendida na íntegra, pois é importante que as empresas, independente do ramo, tenham um SPED bem estruturado a fim de evitar multas e autuações a ela.

Além dessa relevância, a justificativa desse estudo também se ampara em estudos como os desenvolvidos por Osmar Reis Azevedo e Paulo Antonio Mariano (2009), Roberto Dias Duarte (2009), Arthur Nardon Filho (2010), os quais procuraram validar os desenvolvimentos teóricos da literatura por meio da realização de pesquisas no âmbito da realidade das empresas.

Por meio de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, foi realizado um estudo de caso para apresentar as implicações para a implantação da EFD e seu envio ao SPED em uma indústria gaúcha de bebidas.

A estrutura desse trabalho científico contempla cinco seções principais, sendo esta introdução a primeira delas. A segunda apresenta o referencial teórico pertinente ao tema de estudo; a terceira envolve os principais aspectos metodológicos da pesquisa; a quarta seção compreende a apresentação e análise dos dados, seguida das conclusões como quinta seção. Ao final têm-se a lista das referências pesquisadas para o desenvolvimento do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

A Contabilidade é a ciência que tem como objetivo o estudo do patrimônio das entidades e suas movimentações. O nome deriva do uso das contas contábeis. É uma ciência muito antiga e é um instrumento fundamental nas tomadas de decisões. Segundo Marion (2006, p. 26): “a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

“O objetivo da Contabilidade é registrar os fatos e produzir informações que possibilitem ao titular do patrimônio o planejamento e o controle de sua ação”. (Gonçalves, 2011, p. 4). A Contabilidade também produz informações a todos que tem algum tipo de interesse nas informações econômico-financeiras da empresa, como por exemplo, fornecedores, clientes, funcionários, investidores.

A Contabilidade se diversifica em vários estudos voltados a áreas específicas, dentre estes estudos encontra-se a Contabilidade Tributária, cujo objeto principal é os tributos. Do ponto de vista das empresas, o objetivo da mesma é aplicar a legislação tributária de forma menos onerosa às entidades empresariais.

2.2 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

“É o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada” (FABRETTI, 2009, p. 5). Ainda segundo o autor “é o ramo da contabilidade que deve demonstrar



a situação do patrimônio e o resultado do exercício, de forma clara e precisa, de acordo com conceitos, princípios e normas da contabilidade”.

Oliveira define a Contabilidade Tributária como:

Ramo da Contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, ou grupo de empresas, adaptando ao dia-a-dia empresarial as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais (OLIVEIRA, 2009, p. 27).

As funções e atividades da contabilidade tributária dividem-se em três níveis: escrituração e controle, orientação e planejamento tributário. No nível escrituração e controle tem-se a escrituração fiscal das atividades da empresa, apuração dos tributos a recolher e preenchimento das guias para recolhimento, controle sobre os recolhimentos, assessoria para apuração do lucro tributável e assessoria no registro contábil das provisões. O nível orientação forma-se com orientações, treinamentos e supervisão de funcionários do setor de impostos e orientação fiscal para as demais unidades da empresa. E por fim, no planejamento tributário são feitos estudos das alternativas legais para redução da carga fiscal (OLIVEIRA, 2009).

Para Érico (2011, p. 21) “o enfoque tributário da contabilidade concretiza-se no registro contábil das provisões relativas aos tributos a recolher, em obediência aos princípios fundamentais de contabilidade e às regras fiscais”. A contabilidade tributária tem a responsabilidade de informar, de forma correta e tempestiva, os valores dessas provisões, ocupando-se também da escrituração dos documentos fiscais em livros fiscais próprios ou registros auxiliares, para apurar e determinar o montante dos tributos a serem recolhidos.

A base da Contabilidade Tributária é a Legislação Tributária. Segundo Flores, “Legislação Tributária pode ser entendida como o conjunto de normas que envolvem assuntos tributários” (2012, p. 8). Ainda segundo o professor, no campo Legislação Tributária têm-se as Obrigações Tributárias, as quais são definidas pelo CTN (Código Tributário Nacional) da seguinte forma:

Principal: tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária (em dinheiro). É a prestação à qual se obriga o sujeito passivo, é de natureza patrimonial. Acessória: é uma obrigação não patrimonial que decorre da legislação tributária. É uma obrigação de fazer, não fazer ou de tolerar. (CTN, art. 113, § 1º e § 2º).

2.3 OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

“As obrigações acessórias, geralmente em forma de declarações podem ser obrigações Federais, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal, porém é, antes de tudo, o instrumento de comprovação da obrigação tributária” (AZEVEDO, 2009, p. 29).

Para Fabretti (2006, p. 65) “a obrigação acessória não importa em pagamento de tributo, é apenas um meio de a autoridade administrativa controlar a forma pela qual foi determinado o montante do tributo”. Sobre o descumprimento da obrigação acessória o autor é categórico, “o descumprimento gera imposição de multa, que não é tributo. Apesar de ser uma prestação pecuniária compulsória, ela é sanção do ato ilícito que não se confunde com o tributo, pela clara definição do art. 3º do CTN”.



“A complexidade e o número cada vez maior de obrigações impostas ao contribuinte atualmente representam alto custo administrativo, razão pela qual é fundamental para as empresas planejarem rigorosamente sua gestão tributária” (FABRETTI, 2006, p. 65). Essa questão levantada por Fabretti, sobre o custo das empresas foi minimizada com o advento do SPED em 2007, pois a partir de então as empresas passaram a entregar suas obrigações de forma unificada, reduzindo custo com armazenagem de documentos e impressão, por exemplo.

Colombo define em algumas palavras alguns dos objetivos do fisco para criar o SPED:

No sentido de obter informações fiscais mais precisas, a forma que o fisco encontrou para informatizar a entrega das obrigações em âmbito nacional, bem como unificar a obrigação a todos os Estados e Municípios, foi a criação do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. (COLOMBO, 2011, p. 36).

2.4 SPED

O SPED foi instituído pelo Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007 e alterado pelo Decreto nº 7.979 de 08 de abril de 2013 e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e foi um grande avanço na informatização da relação entre fisco e contribuinte. De maneira ampla é a modernização do envio, pelos contribuintes, das obrigações acessórias às administrações tributárias e órgãos fiscalizadores. Mariano (2009, p. 43) destaca que: “[...] mais que uma alteração da forma de cumprimento das obrigações há a alteração da “cultura do papel”, presente em nossa sociedade, pela utilização dos arquivos digitais”.

Ainda segundo Mariano (2009, p. 45), “o SPED proporciona a entrega única de várias obrigações acessórias, centralizando em um banco de dados único, que pode ser acessado pelo fisco interessado, observado o sigilo garantido na Constituição Federal” e conforme Duarte (2009, p. 70), “o SPED é fruto de muito trabalho das autoridades fiscais que, em diversos momentos, atuaram em conjunto com as empresas privadas participantes do projeto piloto”.

2.5 PROJETOS DO SPED

Segundo o sitio do SPED, o mesmo é composto por oito projetos: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), FCONT, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), EFD Contribuições, Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e atualmente está em fase de implantação o E-Social. A seguir será feito uma descrição objetiva de cada um dos projetos que integram o SPED.

A ECD de acordo com os conceitos apresentado por Young é:

A Escrituração Contábil Digital, integrante do SPED, e por isso também conhecida como SPED Contábil, foi instituída pela Receita Federal do Brasil, por intermédio da Instrução Normativa 787, de 19 de novembro de 2007, e será utilizada para fins fiscais e previdenciários, devendo também atender às exigências do DNRC, do CFC, do Banco Central, da SUSEP, da CVM e de outros órgãos interessados (YOUNG, 2009, p. 21).

A EFD é o arquivo digital que se constitui da escrituração dos documentos fiscais e registro de apuração de impostos. De acordo com o sitio do SPED “este arquivo deve conter todos os documentos e informações referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI”.



O CT-e é um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, conforme com o sitio do SPED tem o intuito de documentar uma prestação de serviços de transportes, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a Autorização de Uso fornecida pela administração tributária [...].

O projeto da Nota Fiscal Eletrônica é o pioneiro dos subprojetos que integram o SPED e iniciou em 2005. O objetivo principal do projeto, segundo definição feita por Young, (2009, p. 153): “É a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico, que substitua a sistemática do documento em papel, com validade jurídica para todos os fins, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes”.

Conforme disciplina a Instrução Normativa RFB nº 949/09, o FCONT é uma escrituração das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007. De acordo com Lima a respeito do FCONT:

O Controle Fiscal Contábil de Transição é um dos subprojetos do SPED e é um programa eletrônico instituído pela Instrução Normativa RFB Nº 949/2009 para fins de registros auxiliares previstos no Inciso II do Parágrafo 2º do Artigo 8º do Decreto Lei nº 1.598/1977, destinado obrigatória e exclusivamente às pessoas jurídicas sujeitas cumulativamente ao Lucro Real e ao Regime Tributário de Transição (RTT). (DIEGO LIMA *et al.*, 2012, p. 95).

Segundo informações do sitio do SPED, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços que visa o benefício das administrações tributárias padronizando e melhorando a qualidade das informações.

Na área específica da EFD Contribuições dentro do sitio do SPED encontra-se a seguinte definição:

A EFD Contribuições trata de arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, nos regimes de apuração não cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não-cumulatividade.

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) foi instituída pela Instrução Normativa RFB n.º 1.353 de 30 de abril de 2013 e conforme a própria instrução dispõe, em seu artigo 1º, trata-se de “Escrituração Fiscal Digital do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica”. Ainda conforme a instrução normativa, em seu artigo 3º, “deverá conter todas as operações que influenciem, direta ou indiretamente, imediata ou futuramente, a composição da base de cálculo e o valor devido do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)”.

A respeito da E-Social, em desenvolvimento, o site da própria contribuição na internet conceitua que “trata-se de um projeto do governo federal que vai unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados”. Ainda de acordo com informações



localizadas no site a respeito da E-Social, “quando for implantado em sua totalidade, o mesmo trará diversas vantagens em relação à sistemática atual”.

2.6 EFD

A Escrituração Fiscal Digital – EFD, em arquivo digital, segundo Young (2009, p. 148) se constituiu “em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações praticadas pelo contribuinte”.

Duarte (2009, p.135):

A EFD tem o objetivo de substituir diversas obrigações fiscais que as empresas devem apresentar ao fisco, conforme consta no site da RFB: “Atualmente, as informações requeridas pelo fisco são fornecidas por meio de um grande número de demonstrações em meio eletrônico e diferente leiaute, o que acarreta um aumento de obrigações acessórias ao contribuinte.” (DUARTE, 2009, p. 135).

A EFD representa toda a movimentação de entrada, saída e inventário de mercadorias e serviços, além da apuração de ICMS e IPI. Além de conter todas as notas fiscais de entrada e saída de uma empresa, o arquivo da EFD contém os dados das faturas das notas fiscais, bem como os vencimentos das faturas. Ou seja, o fisco terá praticamente todas as informações necessárias para projetar o fluxo de caixa das empresas (DUARTE, 2009, p 139-140).

Para Azevedo (2009, p. 205) “[...] a Escrituração Fiscal Digital (EFD) obriga o contribuinte informar suas operações de forma mais detalhada ao fisco, ao contrário da obrigação de escrituração dos livros fiscais em papel que contemplam apenas dados totais dos documentos fiscais”. O autor ainda acrescenta que “a EFD contempla os seguintes livros fiscais: Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Apuração de ICMS, Registro de Apuração do IPI e Registro de Inventário”.

Ainda segundo Azevedo (2009, p. 211-215) existem algumas regras para envio da EFD, regras que estão ligadas ao leiaute definido para a EFD, aos registros e ao preenchimento da declaração. Quanto ao leiaute, ele está disciplinado no Ato COTEPE n.º 9/2008 e suas alterações e define que a EFD está organizada em blocos de informações dispostos por tipo de documento e organizada em registros que contêm dados. Quanto aos registros Azevedo informa que estão organizados hierarquicamente, e também estão descritos no Ato COTEPE n.º 9/2008, com as informações técnicas e tributárias necessárias para o preenchimento. E a respeito do preenchimento, Azevedo alerta que deve ser seguido às regras de cada unidade de federação, uma vez que não houve alteração para a implantação da obrigação.

2.7 ESTUDOS PRECEDENTES

Diante da grande importância do SPED para a relação Fisco x Contribuinte outros estudos já foram realizados a respeito, como pode ser visto na figura 1, o que reforça a importância deste trabalho, com o intuito de colaborar para o entendimento de mais esta obrigação.

| Autor | Ano | Principais Achados |
|------------------------------|------|--|
| Samira Ilano | 2010 | Para a implantação de um projeto com a grandiosidade do SPED é necessário um forte planejamento por parte da empresa e um grande envolvimento entre as áreas. Na implantação, ficou claro que o profissional da contabilidade é peça fundamental no processo, pois ele detém uma das principais ferramentas, o conhecimento contábil e fiscal. |
| Marcela Colombo | 2011 | O Estado ficou mais próximo de seu contribuinte com a implantação do SPED. Esse, por sua vez, foi criado com a proposta de substituir as informações geradas em papel por dados eletrônicos e também unificar a entrega de várias obrigações. Este segundo objetivo ainda não foi alcançado por completo, pois as empresas além de enviarem o SPED ainda enviam outras obrigações. |
| Geizilene Machado Moretti | 2012 | Em uma análise de um grupo de empresas do ramo de transportes rodoviários verificou-se que grande parte destas empresas não se encontra preparada para a evolução na área fiscal trazida pelo SPED. |
| Joana D'arc Marques Ferreira | 2012 | Em um estudo feito na empresa Dolomil, de Campina Grande-PB, identificou que a implantação do SPED, inicialmente, trouxe certas dificuldades para a empresa em função de não ter funcionários capacitados e por falta de controle em seus processos, o que, de certo modo, acabou tornando-se um ponto positivo, pois permitiu à gerência identificar as dificuldades e corrigi-las. |
| Alfredo Baldini | 2013 | O SPED Fiscal torna a informação passada ao fisco mais precisa e qualificada. A implantação do SPED diminuiu os custos e a carga de trabalho e também proporciona uma fiscalização mais eficiente por parte do governo. |

Figura 1: Estudos Precedentes

Fonte: A autora

Após a análise feita em estudos anteriores a respeito do SPED, pode-se identificar que o objetivo do mesmo é facilitar a entrega das obrigações para as empresas, porém a implantação, na maioria dos casos, trouxe a necessidade de grandes mudanças e adequações em processos já existentes. Em grande parte das empresas a implantação ocorreu de maneira conturbada.

3 METODOLOGIA

Este artigo consiste em um estudo descritivo que segundo Traldi e Dias (2011, p. 30) definem “busca descrever um determinado fenômeno ou uma população. O investigador observa, quantifica, descreve e classifica”. O procedimento de pesquisa é estudo de caso, que conforme Severino (2007, p 121) é uma pesquisa que “se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. A abordagem é qualitativa e o assunto abordado é a implantação da EFD e seu envio ao ambiente SPED por uma indústria gaúcha de bebidas. “Nos estudos descritivos de natureza qualitativa, os pesquisadores buscam caracterizar as dimensões, as variações, a importância e/ou o significado do fenômeno.” (TRALDI; DIAS, 2011, p. 30).

Para coleta de dados foram realizadas entrevistas com as pessoas envolvidas no processo de implantação da EFD para verificar o que teve de ser adequado para cumprimento da obrigação. Para Prodanov (2013, p.106) “a entrevista é a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema”. O método de entrevista aplicado foi a entrevista estruturada, que ainda conforme Prodanov (2013, p.106) “[...] é quando o entrevistador segue roteiro preestabelecido. Ocorre a partir de um formulário elaborado com antecedência. Com a padronização, podemos comparar grupos de respostas.” Também foi utilizada a técnica de observação, onde foram observados os procedimentos realizados para geração do arquivo da EFD e seu envio ao SPED. A técnica de observação é definida por Lucena (2011, p. 35) como “[...] uma coleta de dados mediante a utilização dos sentidos, sobretudo o visual, dos aspectos que têm relação com o fenômeno. [...]”. E para concluir a coleta de dados foi feita uma pesquisa documental, onde foram analisados documentos da empresa que poderiam contribuir para resolução da questão problema do estudo realizado. “No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais [...]”. (SEVERINO, 2007, p 122-123).

Para realização das entrevistas foi elaborado um roteiro com cinco perguntas abertas relativas ao tema e à empresa objeto do estudo. Esse roteiro foi validado por três pessoas que não possuem nenhum envolvimento com o sujeito da pesquisa. Na validação, primeiramente, foi verificado o nível de compreensão, se as mesmas eram pertinentes ao assunto estudado e também foi estimado o tempo de resposta para cada uma das perguntas. A validação das questões ocorreu entre os dias 22 e 30 de agosto de 2014 e a realização das entrevistas com os indivíduos envolvidos no processo ocorreram na primeira quinzena de setembro do mesmo ano.

Durante a observação dos procedimentos para geração e entrega da EFD foram identificadas cada uma das etapas que são realizadas para efetivação do objetivo final: geração do arquivo de dados do SPED Fiscal. Após a análise pode-se montar um passo a passo que elenca cada um dos procedimentos realizados, este passo a passo será apresentado a seguir. Quanto à pesquisa de documentos foram analisados, principalmente, os manuais operacionais da empresa objeto deste estudo para que pudesse mensurar os processos realizados e consultas em sites governamentais.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

A empresa objeto deste estudo é uma indústria gaúcha atuante no mercado de bebidas. No mercado de refrigerantes é líder nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e existe há mais de 60 anos. Recentemente entrou no ramo de chocolates. O faturamento do grupo de bebidas, nos últimos três anos, foi em média de R\$ 1,5 bilhão ao ano. A empresa conta com 1.572 colaboradores apenas na sua unidade em Porto Alegre.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.2.1 Identificação dos Entrevistados

A primeira pessoa a ser entrevistada foi o Analista Administrativo Pleno que além de responder à gerência pelo SPED Fiscal também é responsável pela Central de Notas, onde é



feita todo o recebimento e escrituração das notas fiscais de entrada, é Bacharel em Administração, trabalha na empresa há doze anos, já passou por outras áreas da empresa e estava presente na implantação do SPED Fiscal.

A segunda entrevista foi realizada com uma pessoa que não estava na empresa na época da implantação, está lá há pouco mais de três anos, inicialmente trabalhava na Central de Notas fazendo a escrituração das notas fiscais de entrada e ingressou na área responsável pelo SPED há cerca de dois anos, é Assistente Administrativo e está cursando o terceiro semestre de Administração.

4.2.2 Implantação

De acordo com a resposta do Analista, para dar início a implantação a empresa contratou uma consultoria especializada e comprou um sistema específico para geração do SPED. O período em que a consultoria esteve presente e que o sistema fosse ajustado conforme a necessidade da empresa levou cerca de seis meses.

4.2.3 Contratação de Pessoal

Inicialmente a empresa não precisou investir em pessoal nem modificar a distribuição dos colaboradores já existentes, mas com o tempo se fez necessário a criação de uma área específica para atendimento da demanda. Esta área hoje além de ser responsável pelo envio do SPED também é responsável pela carga massiva de dados de um sistema para o outro, SAP para Mastersaf.

4.2.4 Processos e Procedimentos

Ainda conforme o entrevistado, na época da implantação diversos processos precisaram ser revistos e ajustados para atendimento pleno desta nova obrigação, principalmente no que se referia a compras e escrituração fiscal.

4.2.5 Situação Atual

E para concluir a entrevista, fazendo uma análise dos processos atuais, o Analista afirmou que a empresa está sempre revendo os processos internos buscando identificar oportunidades de melhoria e que atualmente estão com um nível de aderência a todos os blocos do SPED muito próximo do ideal, mas continuam monitorando os erros que impactam na obrigação.

Como citado anteriormente, a segunda pessoa entrevistada não estava na empresa na época da implantação, portanto pode contribuir apenas com a análise dos processos atuais, na qual identificou que de maneira ampla a empresa não enfrenta problemas para entrega da EFD, mencionou que ainda existem algumas divergências em relação ao bloco G (bloco do E-CIAP), mas que estas divergências já estão sendo tratadas por um projeto interno da empresa, e, assim como o primeiro entrevistado, destacou que a empresa está sempre buscando aprimorar seus processos a fim de identificar erros que impactam na obrigação.

4.3 ETAPAS PARA GERAÇÃO E ENVIO DO ARQUIVO EFD

4.3.1 Avaliação da Base de Dados do SAP

A empresa desenvolveu dentro do SAP, sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*) utilizado por ela, uma transação que gera um relatório que consolida todas as informações das notas de entrada, ou seja, todos os lançamentos fiscais de entrada constam neste relatório. A partir destes dados são analisados os códigos de imposto usados nos lançamentos, o CFOP (Código Fiscal de Operações e Prestações), a categoria da nota fiscal, a unidade de federação, se a nota está lançada para o emitente correto, se a nota está lançada na unidade correta da empresa, se todos os valores estão escriturados conforme a nota, se o crédito tomado sobre os impostos está correto, enfim, é feita uma análise minuciosa de todos os lançamentos de entrada a fim de diagnosticar e tratar possíveis inconsistências.

4.3.2 Geração da Carga de Dados

Após tratadas as inconsistências, são geradas as cargas com os dados dos lançamentos, entradas e saídas, que serão importadas ao sistema fiscal Mastersaf. Para cada unidade da empresa é gerada uma carga com toda a movimentação fiscal da empresa no período determinado. No SAP é gerado um arquivo txt com as SAFXs (tabelas de cadastros no Mastersaf) necessárias para importação dos dados. Primeiramente é feita uma carga com os cadastros de materiais, fornecedores e clientes e depois é feita a carga com as SAFXs com as informações das notas fiscais. São carregadas nesse momento: SAFX07 – Capa do documento fiscal, SAFX08 – Item do documento fiscal, SAFX09 – Item de serviço e SAFX50 – Arquivo de transporte da NF.

4.3.3 Importação ao Mastersaf

No momento da importação da carga de dados do SAP para o Mastersaf podem surgir algumas inconformidades, como por exemplo, código da pessoa física ou jurídica não cadastrado, código de material ainda não cadastrado. Estas inconformidades são sanadas e no Mastersaf é rodada a rotina de limpeza e equalização de dados para que todas as informações sejam completamente carregadas no Mastersaf.

4.3.4 Confronto SAP vs Mastersaf

Depois de todas as informações carregadas no Mastersaf inicia-se o confronto de informações entre os dados do SAP e do Mastersaf para se ter absoluta certeza de que todos os dados constante no SAP foram carregados ao MasterSaf. Para isso são gerados os livros de apuração de ICMS e IPI no SAP e no Mastersaf e compara-se CFOP a CFOP analisando-se os valores contábeis, as bases de cálculo dos impostos e os valores dos impostos tributados.

As etapas de 4.3.1 a 4.3.4 são realizadas durante o mês, no mínimo três vezes, com carga de dados e períodos diferentes.

Ao final do mês é gerada a carga do período restante do mês que ainda não foi importado para o Mastersaf e todas as etapas citadas anteriormente são repetidas

4.3.5 E-CIAP

A partir de julho de 2010, através do Ajuste SINIEF 7, o E-CIAP passou a integrar a EFD. O E-CIAP é utilizado para o controle do crédito de ICMS sobre os bens destinados ao ativo imobilizado da empresa. Portanto, desde então, a empresa objeto do estudo passou a fazer este controle agregado à entrega da EFD. Até o 3º dia útil, após o fechamento de cada mês, são



realizadas as etapas do E-CIAP, onde o sistema calcula as parcelas de apropriação de cada imobilizado e o valor do ponderador de apropriação.

Depois das conferências realizadas e confirmando-se que todas as notas estão carregadas no Mastersaf com seus respectivos valores corretos é gerada a SAFX13 (Cadastro de Bens) no SAP e importada para o Mastersaf. Essa SAFX abastece o Mastersaf com todas as informações dos bens imobilizados da empresa necessárias à geração do E-CIAP. Depois de concluída a importação, no módulo Estadual – Ativo Permanente no Mastersaf são realizadas as etapas descritas em manual operacional da empresa objeto do estudo. Na conclusão das etapas o sistema apresenta relatório contendo saldo do crédito do mês anterior somado ao crédito apropriado no mês.

4.3.6 Lançamentos Complementares

Após o encerramento fiscal das apurações dos impostos são realizados os lançamentos complementares no Mastersaf referentes a outros débitos e outros créditos originados por diferencial de alíquota, estorno de perdas e quebras, estorno de créditos tomados indevidamente, entre outros. Em 2014, em função da Copa do Mundo no Brasil o governo ofereceu um incentivo pró-esporte para as empresas que contribuíssem com a construção das estruturas temporárias para a Copa. (Para registro deste incentivo, a empresa objeto do estudo faz um lançamento a crédito no livro fiscal e emite uma nota fiscal que é registrada manualmente no PVA Programa Validador e Assinador).

Para obter a informação de quais lançamentos devem ser realizados no Mastersaf, são gerados os livros de apuração de ICMS e IPI no SAP após terem sido feitos todos os ajustes e lançamentos necessários no ERP e a partir deles os valores são lançados manualmente no Mastersaf em módulo próprio.

4.3.7 Geração dos Arquivos para Entrega do SPED Fiscal

Depois de todas as conferências, do confronto entre as informações entre o sistema SAP e o sistema Mastersaf, de todos os lançamentos complementares terem sido feitos, as apurações de ICMS e IPI devem ser fechadas no sistema Mastersaf para que possa ser gerado o arquivo que será validado no PVA e posteriormente enviado ao ambiente SPED. No momento da geração do arquivo deve ser selecionado o leiaute e o perfil. O leiaute é criado dentro do Mastersaf de acordo com o perfil em que a empresa se enquadra, este perfil é definido pela Receita Federal. Se houver mudança de perfil o leiaute deverá ser modificado também. A empresa em estudo se enquadrava no perfil B até 2011, e a partir de 2012 está enquadrada no perfil A.

4.3.8 Validação no PVA

Ao realizar o input do arquivo no programa validador da Receita Federal, PVA, o próprio sistema pode apontar algumas inconformidades entre os diferentes registros dos blocos que não foram ou não puderam ser identificados nas conferências realizadas. As inconsistências apontadas podem ser de diversas naturezas, pode ser algum erro no CNPJ ou Inscrição Estadual de algum cliente ou fornecedor, erro de NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL), erro nas leis fiscais de PIS/COFINS apontadas no lançamento, duplicidade de lançamento, enfim, os erros



podem ser os mais diversos. Estas inconformidades são ajustadas no PVA e o arquivo está pronto para ser enviado.

4.3.9 Envio da EFD

Antes do envio do SPED é realizada uma conciliação entre a EFD e a GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS), internamente pela equipe responsável. O estado do Rio Grande do Sul disponibilizou recentemente uma ferramenta de cruzamento de campos entre a EFD e a GIA, mas este cruzamento só é possível depois do envio das obrigações, por isso então é feita uma análise prévia, realizando determinados ajustes, se necessário.

Depois de verificado que todas as pendências foram sanadas, o arquivo deve ser gerado para entrega, assinado através de certificado digital e transmitido, todas estas etapas são realizadas através dos menus do PVA.

Após o envio da EFD, caso ainda sejam apontadas inconsistências pela ferramenta que está disponível no portal e-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte), as mesmas são corrigidas na obrigação que esteja com divergência. Para ter acesso aos erros identificados por esta ferramenta é necessário efetuar o login no e-CAC através do CNPJ, código de acesso e senha, selecionar a aba “Alertas”, depois a aba “Divergências na GIA x EFD”.

4.4 ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Durante a pesquisa documental foi feito a consulta no site da Receita Estadual para confirmar a data em que a empresa passou a ter a obrigatoriedade do envio do SPED Fiscal, conforme a figura a seguir. O nome e os dados cadastrais da empresa foram preservados.

Figura 2: Data de Início da Obrigatoriedade da Entrega da EFD

Relação de Empresas Obrigadas à EFD

| # | Empresa | I.E. | CNPJ | Data Início EFD | Data Fim EFD | Perfil * | Data de Inclusão da Obrigatoriedade |
|---|------------|------------|------------|-----------------|--------------|----------|-------------------------------------|
| 1 | [REDACTED] | [REDACTED] | [REDACTED] | 01/01/2009 | | A | 01/01/2009 |

* Perfil vigente ou Perfil de encerramento da obrigação.
Para detalhes acesse: <https://www.sped.fazenda.gov.br/spedfiscalserver/ConsultaContribuinte>

Linhas de 1 a 1 - Total de Linhas: 1
Páginas: 1
1 | 1

Administração Tributária: Receita Estadual RS
Data/Hora da Consulta: 01/09/2014 13:13:23

Fonte: SEFAZ RS (2014)

E neste mesmo site, foi realizada a consulta do perfil em que a empresa está enquadrada e pode-se verificar que a empresa começou o envio da EFD sendo enquadrada no perfil B e em 01/01/2012 passou a ser enquadrada no perfil A, conforme figura 3 a seguir.

[Refazer Pesquisa](#)

| NI | IE | UF | Perfil | Data início obrigatoriedade | Data fim obrigatoriedade | DataConsulta | Historico |
|------------|------------|----|--------|-----------------------------|--------------------------|--------------|-----------|
| [REDACTED] | [REDACTED] | RS | A | 01/01/2012 | | 01/09/2014 | Historico |

Histórico - [REDACTED]

| Ativação | Desativação | Histórico de Perfis | | |
|------------|-------------|---------------------|-------------|------------|
| 01/01/2009 | 31/12/2011 | Perfil | Data Início | Data Fim |
| | | B | 01/01/2009 | 31/12/2011 |
| 01/01/2012 | | Perfil | Data Início | Data Fim |
| | | A | 01/01/2012 | |



Figura 3: Perfil de enquadramento

Fonte: SEFAZ RS (2014)

Nesta figura também foram preservados o nome e dados cadastrais da empresa. A empresa quase não possui documentos da época da implantação, basicamente foi arquivando os manuais que foram sendo montados pelos próprios usuários assim como arquivos com erros e possibilidade de melhoria que foram sendo identificados no transcorrer do tempo, também pelos próprios usuários, portanto além da consulta da obrigação e leiaute, realizada no site da Receita Estadual, a pesquisa documental norteou-se, na sua maior parte, pelos manuais operacionais da empresa.

Com a análise dos manuais disponibilizados pela empresa pode-se ter uma visão mais ampla de como ela funciona no dia a dia para atender à obrigação de entrega da EFD, pois eles demonstram a rotina da organização. Um dos manuais consultados é o mesmo que foi disponibilizado para a equipe que faz a escrituração das notas fiscais de entrada, nele pode-se observar quais são os procedimentos realizados para a entrada das notas fiscais no sistema SAP e vale ressaltar que a escrituração dos documentos impacta diretamente na geração da EFD.

Através de outro manual consultado pode-se observar as etapas realizadas no sistema SAP para geração da carga de dados e sua importação ao sistema Mastersaf. Para a geração do E-CIAP a empresa também possui um manual específico que demonstra as etapas geradas no SAP e no Mastersaf para apropriação do crédito de ICMS sobre os imobilizados da organização. Outros manuais foram consultados: geração dos relatórios de conferência dos movimentos de entrada e saída, geração dos livros de apuração de ICMS e IPI, procedimento para realização dos lançamentos complementares à apuração dos impostos, estes últimos não eram muito claros, traziam explicações muito breves.

Outros documentos também foram consultados, históricos de erros para geração do SPED, relatórios de processos que podem ser melhorados, relatórios de conferência dos lançamentos de entrada, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar as complexidades que envolveram a implantação do SPED Fiscal em uma indústria gaúcha de bebidas. Para tanto buscou responder à questão problema “Como uma indústria gaúcha de bebidas se adequou para a implantação da EFD e seu envio ao SPED?” que norteia este estudo.

Para chegar a resposta da questão problema desta pesquisa, primeiramente, foi realizado um embasamento teórico com consulta a autores que já haviam abordado este tema e também a estudos científicos, como este, que foram realizados nesta área. Depois de concluir a base teórica partiu-se para análise dos dados da empresa em questão. Para isso realizou-se entrevistas com as pessoas envolvidas no envio da EFD, mapeou-se as etapas que envolvem o processo de geração e entrega do SPED Fiscal e também consultou-se documentos que fizeram parte da implantação e das rotinas atuais. Um problema encontrado foi que a empresa não possui documentos com registros da implantação da EFD, o que eles possuem são manuais desenvolvidos pelos próprios usuários, *prints* de telas do sistema com situações de erros que ocorrem durante o processo e anotações informais.

Após o estudo observou-se que a empresa em questão adequou seus processos e hoje possui uma estrutura bem próxima do ideal para atender a obrigação do envio da EFD ao



ambiente SPED, mas está sempre em alerta a fim de identificar oportunidades de melhorias que possam contribuir para que as informações enviadas de forma online ao fisco estejam sempre corretas e de acordo com as normas de tributação.

A implantação de uma nova atividade, um novo sistema ou até mesmo de um novo processo requer, na maioria das vezes, o envolvimento de mais de uma área. Neste caso, a área que foi de fundamental importância foi a área de TI que atendendo às solicitações da área fiscal adequou o ERP para que este gerasse as informações de forma que fossem comportadas pelo sistema fiscal Mastersaf adquirido pela empresa para geração do SPED Fiscal.

Vale ressaltar que na área contábil/fiscal é necessário estar sempre buscando atualização através de treinamentos, cursos, palestras e leituras, pois a legislação está em constante mudança. Quando se trata de SPED é preciso estar atento às mudanças divulgadas pelo fisco, pois o descumprimento destas, na maioria dos casos, geram multas. Estas mudanças podem envolver alteração de perfil, mudanças no *layout*, alterações nos blocos que compõem a EFD. Recentemente o fisco divulgou a inclusão do bloco K (Controle da Produção e do Estoque) na EFD, este bloco inclui o Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque no SPED Fiscal, o fisco terá acesso ao processo produtivo e a movimentação completa de cada item de estoque, possibilitando o cruzamento quantitativo dos saldos apurados eletronicamente pelo SPED com os informados pelas indústrias, através do inventário. Inicialmente a obrigação de entrega deste bloco era a partir de 01/01/2015, mas em reunião do CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) realizada em Brasília em 14/08/2014 foi decidido que a implantação do bloco K deverá ocorrer em 2016. E informações não oficiais dão conta de que o estado do Rio Grande do Sul aceitará a entrega de forma facultativa a partir de 2015.

O ambiente empresarial vem sendo modificado a partir da implantação do projeto SPED, trazendo grandes mudanças para as áreas contábil e fiscal e indiretamente para outras áreas da empresa. O profissional contábil que não evolui junto com as mudanças da sua área está perdendo espaço no mercado de trabalho, pois hoje as empresas buscam profissionais com habilidades que vão além do conhecimento técnico, mas profissionais que enxerguem nas mudanças oportunidades de melhorar processos e que tenham a visão da empresa como um todo.

Com isto pode-se afirmar que esta pesquisa conseguiu responder aos objetivos a que se propôs, buscou informações sobre a implantação da EFD com as pessoas envolvidas à época e também com as pessoas envolvidas hoje no processo de entrega da obrigação, analisou o processo de implantação destacando mudanças e impactos.

Apesar de este estudo ter contribuído com o cenário atual de entrega da EFD ao ambiente SPED, isto não esgota o assunto, ficando a sugestão para futuras pesquisas a questão da implantação do bloco K, podendo optar-se pela linha de analisar como as empresas estão se adequando para atender a mais esta obrigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.



BALDINI, Alfredo. **Sistema Público de Escrituração Digital SPED Fiscal – Vantagens e Importância**. 2013. Artigo Científico (Bacharel em Ciências Contábeis - Univás - Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, MG).

BRASIL. Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm> Acesso em 04/05/2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Decreto n.º 6.022**, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>> Acesso em: 04/05/2014.

BRASIL. Ministério Da. **Ato COTEPE/ICMS n.º 9** de 18 de abril de 2008. Dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD. Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/Confaz/confaz/Atos/Atos_Cotepe/2008/AC009_08.htm> Acesso em: 06/05/2014.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa n.º 1.353** de 30 de abril de 2013. Institui a Escrituração Fiscal Digital do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica (EFD-IRPJ). Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2013/in13532013.htm>> Acesso em: 06/05/2014.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa n.º 949** de 16 de junho de 2009. Regulamenta o Regime Tributário de Transição (RTT), institui o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2009/in9492009.htm>> Acesso em: 06/05/2014.

COLOMBO, Marcela. **As mudanças nas obrigações fiscais acessórias com o SPED-FISCAL e o reflexo nas empresas**. 2011. TCC (Bacharel em Ciências Contábeis) – UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na era do conhecimento: Como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil**. 3. Ed. Minas Gerais: Ideas Work. 2009.

ÉRICO, Eleuterio da Luz. **Contabilidade Tributária**. Curitiba: Ibplex, 2011.

E-SOCIAL, Portal do. **Conheça o eSocial**. Disponível em: <<http://www.esocial.gov.br/Conheca.aspx>> Acesso em: 06/05/2014.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.



FAZENDA, Ministério Da. **Projetos.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/default.htm>> Acesso em 06/05/2014.

FAZENDA, Ministério Da. **Projetos.** Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/default.htm>> Acesso em: 06/05/2014.

FERREIRA, Joana D'arc Marques. **O SPED e seus impactos nas organizações:** o caso da empresa Dolomil Industrial Ltda. 2012. TCC (Bacharel em Ciências Contábeis) - UEPB - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB.

FLORES, Jéferson de Souza. **Contabilidade Tributária.** 2012. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/arquivos/29926/88317/Pol%C3%ADgrafo%20Contabilidade%20Tribut%C3%A1ria.pdf>> Acesso em: 04/05/2014.

GONÇALVES, Eugênio Celso. **Contabilidade Geral.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IIARINO, Samira. SPED (Sistema Público De Escrituração Digital): Impactos da sua implantação na empresa XX. **E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais,** Belo Horizonte, jul-2010. Disponível em: www.unibh.br/revistas/ecivitas/> Acesso em: 14/05/2014.

LIMA, Diego *et al.* **Os desafios encontrados pelas empresas na geração do SPED.** Disponível em: http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/mostrac/article/view/217/pdf_8> Acesso em: 06/05/2014.

LUCENA, Fábio de oliveira. **Monografia:** Arte e técnica da construção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORETTI, Geizilene Machado. **Os impactos causados com a implantação do Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital – SPED FISCAL – Uma pesquisa com empresas de transporte de cargas da região AMREC.** 2012. TCC (Bacharel em Ciências Contábeis) - UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC.

NARDON FILHO, Arthur. **Da escrituração Manual ao Sped.** Porto Alegre: CRCRS – Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2010.

OLIVEIRA, Luis Martins de. *et al.* **Manual de Contabilidade Tributária:** textos e testes com as respostas. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.



PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SEFAZ RS. Secretaria da Fazenda. 2014 Disponível em: <<https://www.sefaz.rs.gov.br/SPD/EFD-CRD.aspx>> Acesso em: 01/09/2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRALDI, Maria Cristina; DIAS, Reinaldo. **Monografia:** passo a passo. 7. Ed. São Paulo: Alínea, 2011.

YOUNG, Lucia Helena Briski. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital.** Curitiba: Juruá, 2009.